

Apoio



**ANO 11 Nº 3**  
Março de 2002

# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria da Coordenação e Planejamento  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

## O emprego formal em 2001

No ano passado, o Rio Grande do Sul gerou um adicional de 50.309 empregos formais, resultado pouco inferior ao de 2000 (53,5 mil postos). Como naquele ano, a indústria de transformação (IT) foi responsável pela maior parcela das novas vagas: em 2000, 57,1%; em 2001, 40,2% (20.223 postos). O comércio criou, em 2001, um número de empregos próximo ao da indústria (18.747), ficando com a segunda posição, a qual, em 2000, havia sido dos serviços.

O Estado foi responsável por 8,5% do saldo positivo do emprego no País (591.079 postos). Essa parcela é superior à que o RS detinha do emprego nacional ao final de 2000 (7,2%, segundo a RAIS), o que indica um pequeno ganho de participação do Estado. Nessa linha, os resultados da IT são mais expressivos: o RS gerou 19,5% dos 103.822 novos empregos industriais em 2001, enquanto, em dez./00, sua participação no setor se limitava a 10,5%. Em 2001, das 27 unidades da Federação, apenas o Paraná superou o RS em número absoluto de postos gerados na IT.

Para uma apreensão do desempenho do mercado de trabalho no País em 2001, é importante separar os resultados do primeiro e do segundo semestres, na medida em que uma série de fatores conjunturais negativos se concentrou na segunda metade do ano. Entre janeiro e junho, o Brasil gerou 574 mil empregos e, entre julho e dezembro, apenas 17 mil. A par de condicionantes internacionais, como o paroxismo da crise argentina e o claro resfriamento da economia mundial, o País confrontou-se, no segundo semestre, com os efeitos da crise energética.

Esse parece o determinante mais plausível para que o mercado de trabalho da Região Sudeste — a mais atingida pelo racionamento — tenha sofrido um revés tão mais acentuado do que os demais no segundo semestre. Após um saldo positivo de 383,2 mil postos no primeiro semestre, aquela região eliminou 87,6 mil vagas de julho até o final do ano. Dentre as demais regiões, apenas a Centro-Oeste teve, no segundo semestre, resultado negativo (-4,8 mil empregos), embora a desaceleração do crescimento do emprego tenha sido geral, ocupando apenas a Nordeste.

Na IT, a Região Sudeste perdeu, no segundo semestre, 40,8 mil dos 60,3 mil postos gerados até junho. Nas demais regiões, o resultado, nesse período, foi negativo apenas na Região Norte (-2,6 mil empregos). No agregado do País, o setor passou de um crescimento de 106,9 mil empregos no primeiro semestre para uma queda de 3,1 mil postos no segundo. O saldo anual resultou positivo para todas as regiões, exceto para a Região Norte, mas marcou um realinhamento: até junho, a Região Sudeste detinha o maior saldo de empregos industriais (60,3 mil); no final do ano, a Região Sul liderava largamente o crescimento, com 60,7 mil novos postos, seguida, à distância, pela Sudeste (19,5 mil).

No emprego total, o Rio Grande do Sul teve desaceleração pouco acentuada — após uma variação de 28.478 postos no pri-

meiro semestre, 21.831 postos foram gerados no segundo, quando o desempenho do comércio (15.632 novas vagas) foi determinante. Na IT, todavia, a reversão foi inequívoca: de 21.446 postos gerados até junho, 1.223 foram eliminados no segundo semestre. Neste, as maiores retrações, em números absolutos de empregos, ocorreram nos produtos do fumo (-7.787 postos) e nos calçados (-1.799). No primeiro caso, incide sazonalidade — tradicionalmente, o segundo semestre é de demissões. Já os calçados — de cuja produção parcela significativa é exportada — puseram em relevo o impacto da conjuntura internacional. A par dessa dimensão, o brusco resfriamento da economia da Região Sudeste do País certamente contribuiu para desacelerar segmentos industriais gaúchos a ela articulados. Nesse sentido, mesmo que não tenha sofrido o racionamento de eletricidade, o Estado teria internalizado parte de seus custos sociais.

Saldo de admissões e desligamentos no mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul e no Brasil — jan.-dez./01

SETORES DE ATIVIDADE	RIO GRANDE DO SUL		
	1º Semestre	2º Semestre	Total
Extrativa mineral .....	116	-52	64
Indústria de transformação	21 446	-1 223	20 223
Serviços industriais de utilidade pública .....	195	304	499
Construção civil .....	465	-1 455	-990
Comércio .....	3 115	15 632	18 747
Serviços .....	4 446	8 153	12 599
Administração pública .....	1 961	-1 062	899
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca .....	-3 246	1 522	-1 724
<b>Total (1) .....</b>	<b>28 478</b>	<b>21 831</b>	<b>50 309</b>

SETORES DE ATIVIDADE	BRASIL		
	1º Semestre	2º Semestre	Total
Extrativa mineral .....	2 232	219	2 451
Indústria de transformação	106 922	-3 100	103 822
Serviços industriais de utilidade pública .....	-580	2 120	1 540
Construção civil .....	27 220	-60 624	-33 404
Comércio .....	57 388	152 417	209 805
Serviços .....	192 714	118 248	310 962
Administração pública .....	23 729	-11 955	11 774
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca .....	163 301	-180 429	-17 128
<b>Total (1) .....</b>	<b>573 989</b>	<b>17 090</b>	<b>591 079</b>

FONTE: MTE.

(1) Inclui outros/ignorados.

## Desempenho das vendas no varejo do RS em 2001

Com base nas informações da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), elaborada pelo IBGE para as principais unidades da Federação, observa-se que o volume de vendas no comércio varejista do RS teve um desempenho positivo de 0,62% em 2001, ficando atrás dos Estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, que cresceram, respectivamente, 2,10% e 2,20%. É importante destacar o desempenho negativo dos Estados de Minas Gerais (-2,67%), São Paulo (-2,46%) e Paraná (-0,81%), que foram determinantes para o desempenho negativo do comércio brasileiro (-1,29%).

Nas vendas do Estado, destaca-se como aspecto positivo o desempenho do segmento móveis e eletrodomésticos, que apresentou um crescimento de 8,74%, impulsionado, principalmente, pelas campanhas de substituição de equipamentos elétricos pelos de menor consumo de energia elétrica. Já no aspecto negativo, ressalta-se o desempenho do segmento combustíveis e lubrificantes, com -4,36%. Essa queda foi decorrente dos sucessivos aumentos de preços verificados nesse segmento durante o ano.

O fraco desempenho das vendas no RS veio confirmar o comportamento já observado no primeiro semestre do ano. Já naquele momento, a performance do comércio gaúcho, ainda que discreta, era melhor que a do comércio brasileiro.

Variação percentual do volume de vendas do comércio varejista do Brasil e de estados selecionados — 2001

DISCRIMINAÇÃO	Δ% $\frac{2001}{2000}$
Brasil .....	-1,29
Minas Gerais .....	-2,67
Rio de Janeiro .....	2,10
São Paulo .....	-2,46
Paraná .....	-0,81
Santa Catarina .....	2,20
Rio Grande do Sul .....	0,62

FONTE: IBGE.

Juarez Meneghetti (FEE/NCS)

## Mantida a tendência de retração da produção industrial gaúcha

O indicador acumulado de produção física do IBGE mostrou uma queda de 1,1% na produção industrial do Rio Grande do Sul no ano de 2001, confirmando a tendência de retração da atividade produtiva já apontada em números anteriores da **Carta de Conjuntura**. Em comparação com outros estados, o RS registrou o segundo pior desempenho, porém com uma queda na produção significativamente menor do que a observada pelo último colocado, o Estado do Ceará (-7,3%). As melhores taxas foram obtidas por Santa Catarina e Paraná, beneficiados pela expansão das vendas de máquinas e equipamentos para energia elétrica e insumos energéticos respectivamente.


O resultado desfavorável do RS reflete, além da questão da base de comparação (elevadas taxas de crescimento em 2000), as dificuldades enfrentadas pelas empresas pertencentes aos gêneros química e material elétrico e de comunicações, atingidas pela elevação dos preços das matérias-primas e dos componentes importados, decorrente da desvalorização cambial. Em contraste, o gênero mecânica, notadamente a produção de máquinas e colheitadeiras agrícolas, repetiu a excelente performance observada no ano anterior, estimulada pela boa safra de grãos e pelo programa nacional de apoio à renovação da frota agrícola.

Taxa de crescimento regional da produção física da indústria do Brasil e de regiões e estados selecionados — 2001

DISCRIMINAÇÃO	ACUMULADO JAN-DEZ (%)
<b>Região Nordeste</b> .....	-2,5
Ceará .....	-7,3
Pernambuco .....	0,9
Bahia .....	0,4
<b>Minas Gerais</b> .....	-0,3
<b>Espírito Santo</b> .....	-0,3
<b>Rio de Janeiro</b> .....	1,6
<b>São Paulo</b> .....	2,5
<b>Região Sul</b> .....	1,6
Paraná .....	3,2
Santa Catarina .....	3,7
Rio Grande do Sul .....	-1,1
<b>Brasil</b> .....	1,5


FONTE: IBGE.

Maria Lucrecia Calandro (FEE/NEI)




**crédito  
assistido**  
Apoio Técnico e Crédito  
para Pequenos Empreendedores

Você não precisa ser grande  
para ter crédito e  
acompanhamento técnico.



Melhor porque é nosso



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL  
Estado da Participação Popular

# ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-jan./02

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB(1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa ago./94 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (4)	
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	...	...	124,8	-8,2	99,6	-7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	107,6	-1,3	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	115,7	0,8	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	127,6	-0,4	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,1	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,8	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	125,4	0,1	45 407
Jan./00	-	-	7,6	8,9	19,0	112,8	-6,9	125,9	0,4	45 753
Fev./00	-	-	8,2	7,9	19,0	110,2	-22,3	126,0	0,1	42 197
Mar./00	1,9	19,3	8,1	6,9	19,0	108,2	-20,1	126,3	0,2	40 906
Abr./00	-	-	7,8	6,8	18,5	109,4	-10,1	126,2	-0,1	38 549
Mai./00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	126,7	0,4	38 460
Jun./00	3,1	19,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	126,5	-0,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	125,4	-0,9	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	124,9	-0,4	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	124,5	-0,3	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	125,3	0,6	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	127,4	1,7	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,6	-5,4	127,9	0,3	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	111,0	-1,6	100,0	- 21,8	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,2	1,8	95,6	- 4,4	44 300
Mar./01	4,1	21,5	6,5	6,4	16,3	114,4	5,7	96,3	0,8	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,8	95,8	- 0,6	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,8	123,0	10,5	95,8	0,0	43 636
Jun./01	3,6	20,7	6,4	7,4	18,3	123,0	11,1	96,0	0,2	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	124,3	16,2	96,8	0,9	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	126,9	22,4	94,9	- 2,0	45 010
Set./01	2,6	20,1	6,2	6,5	19,0	135,0	29,7	93,7	- 1,3	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	133,8	26,8	92,5	- 1,3	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,1	122,3	12,1	104,2	12,7	45 587
Dez./01	1,5	-	5,6	7,7	18,8	112,9	3,0	129,2	24,0	52 846
Jan./02	-	-	6,8	7,6	-	-	-	-	-	52 298

(continua)

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-jan./02

MESES E ANOS	INDÚSTRIA						SETOR EXTERNO						
	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)			Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (8)	Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	...	...	89,52	-3,7	-	(9) 69,0	13,4	-2,3	1,57	...	...	23 754	...
Dez./93	...	...	97,13	7,5	-	(9) 72,0	8,1	25,1	-0,14	...	...	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	-	(9) 77,0	12,3	28,7	-0,31	...	...	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	-	(9) 83,0	6,8	51,1	-2,55	...	...	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	-	(9) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	-	(9) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	-	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	-	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Jan./00	-3,16	47,1	106,32	4,9	-	81,3	-3,3	-14,0	-4,48	5,68	-1,20	37 560	240 151
Fev./00	-3,27	47,4	112,69	10,3	-	-	-0,7	-11,0	-4,46	5,07	-0,61	38 364	240 663
Mar./00	-3,31	47,0	120,41	8,0	-	-	1,5	-7,9	-4,40	5,13	-0,73	39 200	242 536
Abr./00	-3,52	47,5	115,43	6,8	-	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 069
Mai./00	-3,83	47,4	126,85	6,7	-	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	128,05	6,8	-	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,37	6,9	-	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,29	7,0	-	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,23	6,6	-	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,32	6,7	-	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,62	6,6	-	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,29	6,6	-	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,05	12,0	0,2	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,89	6,8	-1,3	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,35	7,3	9,1	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,52	7,0	-5,9	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai./01	-3,79	51,9	132,83	6,5	6,9	-	12,7	15,9	-4,84	5,62	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,64	5,2	-2,6	-	11,9	15,9	-4,85	5,29	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,18	4,6	3,8	80,9	9,9	13,9	-5,06	4,88	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	135,99	3,9	2,5	-	7,8	11,2	-5,07	4,76	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,10	3,3	-5,5	-	6,8	8,0	-5,02	4,82	0,19	40 054	232 352
Out./01	-3,95	54,4	131,94	2,5	2,2	79,9	6,8	5,8	-4,89	4,74	0,14	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,3	128,28	2,1	-1,5	-	6,0	5,0	-4,77	4,12	0,65	37 234	228 603
Dez./01	-3,69	53,4	112,90	1,5	-10,3	-	5,5	1,6	-4,61	4,50	0,12	35 866	-
Jan./02	-3,65	55,2	-	-	-	-	2,4	-3,1	-4,37	4,45	-0,08	36 167	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mês anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Variação percentual em relação ao mês anterior. (9) Refere-se ao mês seguinte.

# Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 3

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./99-mar./02

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Out./99	-	141,43	105,99	100,37	220,8	93,4	42,6	399,2	105,73	475,35
Nov./99	-	137,39	111,39	101,30	225,2	100,7	42,9	415,1	106,84	479,73
Dez./99	3,0	126,87	114,63	102,24	247,7	94,6	42,4	413,3	107,76	482,01
Jan./00	-	119,56	114,69	114,69	249,9	96,8	86,6	477,4	108,69	486,17
Fev./00	-	130,92	118,79	116,79	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,01	109,30	113,79	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,31	103,07	110,75	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai./00	-	158,38	112,46	111,12	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,98	106,80	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,48	109,18	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,72	113,16	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,85	103,53	109,76	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,27	106,96	109,47	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,95	107,69	109,30	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,62	101,38	108,67	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,12	107,99	107,99	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,40	97,31	102,41	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,20	99,48	101,28	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,37	104,14	102,04	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai./01	-	154,74	97,70	101,07	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,49	96,41	100,25	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	150,98	98,37	99,97	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,19	99,03	99,84	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	134,10	95,88	99,42	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	149,25	98,67	99,34	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	142,41	96,25	99,06	291,4	116,1	56,8	464,2	123,37	565,12
Dez./01	3,5	125,48	97,55	98,95	361,3	143,3	77,9	582,6	125,16	572,59
Jan./02	-	-	-	-	244,8	102,1	84,8	431,6	126,11	576,45
Fev./02	-	-	-	-	-	-	-	-	126,20	577,21
Mar./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	576,94

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./99-mar./02

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ mil)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Out./99	7 884	11,9	19,7	737	743	556 736	1 430 979	437 790	64,4	-61,7
Nov./99	8 894	11,7	19,7	737	744	564 829	1 460 697	404 187	-11,4	3,2
Dez./99	-11 311	11,1	18,1	746	736	577 884	1 573 375	465 523	30,7	40,9
Jan./00	6 367	10,3	16,7	727	712	504 010	1 662 231	339 539	-23,4	-33,7
Fev./00	7 374	10,2	16,8	719	701	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	17,7	708	708	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	722	721	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai./00	2 625	11,5	18,4	739	733	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	750	737	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	- 475	11,2	16,8	759	733	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	748	736	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	735	726	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	725	724	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	720	715	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	723	713	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	718	719	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	721	730	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	707	725	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	713	729	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai./01	-5 421	10,2	15,4	701	706	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	704	704	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	692	692	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	695	695	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	710	717	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	15,3	711	723	598 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	15,1	714	725	480 254	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	10 978	9,2	14,8	-	-	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5
Jan./02	-	-	-	-	-	784 376	1 584 060	370 754	95,4	-25,4
Fev./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-56,4	-17,7
Mar./02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de maio/01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## O futuro das exportações gaúchas para a Argentina

A desvalorização cambial argentina vem motivando manifestações de apreensão quanto às perspectivas das exportações gaúchas àquele país, que, na média dos últimos cinco anos, foi o destino de 11,0% das exportações do Estado. Contudo a principal preocupação deve ser a continuidade da recessão naquela economia. No mínimo, desde 1994, o comportamento dessas exportações esteve pesadamente condicionado às taxas de crescimento da Argentina, ao passo que, com o câmbio, os dados não sustentam uma relação direta. Ou seja, o nível de crescimento mais do que compensou as variações cambiais. Convém lembrar que a recessão do país vizinho teve início em out./98, praticamente coincidindo com a desvalorização cambial brasileira de jan./99. De 1994 a 1998, com câmbio desfavorável ao Brasil, houve crescimento da economia argentina, acompanhado de rápida expansão das vendas gaúchas (acumulando 66,2%); a exceção foi 1995, quando diminuíram o produto nacional (-2,8%) e as exportações (-14,6%). Posteriormente, a situação inverteu-se: entre 1999 e 2001, a Argentina teve crescimento negativo de 3,0%, 0,5% e 2,5%; a despeito da desvalorização brasileira, as exportações gaúchas acumularam redução de 19,0% (em que pese a exceção do ano 2000). As categorias com retração mais drástica em suas exportações foram os bens de capital e os bens duráveis de consumo, cujas demandas mais contraem na recessão. A clara vinculação entre as taxas de crescimento da

Argentina e as exportações gaúchas indica, fortemente, que nossas economias são complementares. A recuperação das exportações do RS para a Argentina permanece submetida à incerta recuperação daquela economia.

Taxas de crescimento da Argentina e das exportações gaúchas para o mesmo país — 1994-01

ANOS	PIB	EXPORTAÇÕES
1994	5,8	22,47
1995	-2,8	-14,57
1996	5,5	43,66
1997	8,1	29,68
1998	3,9	4,43
1999	-3,0	-19,40
2000	-0,5	15,80
2001	-2,5	-13,25

FONTE: Dirección Nacional de Cuentas Nacionales.

MDIC.  
INDEC.

Roberto Marcantonio (FEE/NERI)

## A taxa de juros e o crescimento econômico

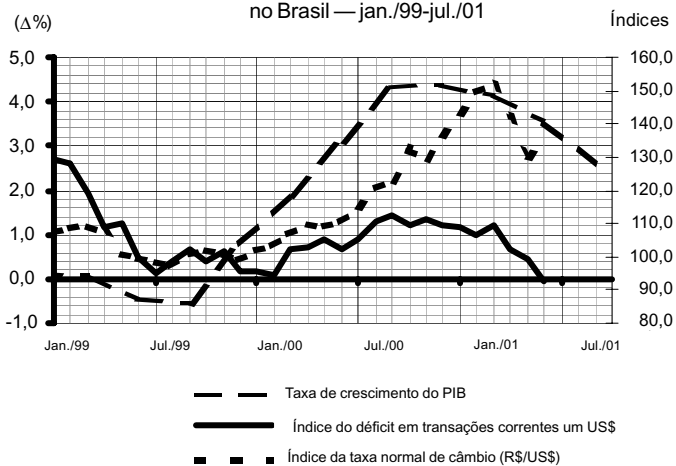
Em 20 de fevereiro último, o Conselho de Política Monetária (Copom) reduziu sua meta para a taxa de juros Selic de 19% a.a. para 18,75% a.a. A redução, quebrando prolongada estabilidade da referida meta, corroborou difundidas previsões de descendente trajetória dos juros internos e de aceleração do Produto Interno Bruto.

A queda dos juros e a aceleração do produto são condições necessárias à contenção do renitente incremento da relação dívida pública/PIB, a qual, em janeiro deste ano, atingiu 55% do PIB do País. Não contido, o mesmo incremento acabará por esgotar a confiança depositada na atual política econômica, gerando instabilidade monetária e cambial e abortando o crescimento prevalente.

No entanto, deve-se ter presente que, quando verificada, a aceleração do PIB brasileiro tem resultado, com defasagem de aproximadamente meio ano, em substantiva expansão dos déficits em transações correntes do País. A expansão dos déficits externos, por sua vez, tem redundado em quase imediata desvalorização da moeda nacional e em crescimento da dívida pública. Para conter os déficits externos impulsionadores do endividamento estatal, as autoridades têm se visto obrigadas a elevar os juros e a desacelerar a economia.

Pelo exposto, causou estranheza a recente afirmação de Armínio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil, de acordo com a qual o País já pode voltar a crescer como nos anos 70.

Taxas de crescimento do PIB e índices de evolução do déficit em transações correntes e da taxa nominal de câmbio no Brasil — jan./99-jul./01



FONTE: Bacen.

IPEA.

NOTA: 1. No índice do déficit em transações correntes e no índice da taxa nominal de câmbio, a série foi deslocada para a esquerda em sete meses, com o objetivo de corrigir a defasagem dos efeitos decorrentes da expansão da taxa de crescimento do PIB.

2. Variação percentual do PIB de quatro trimestres em relação ao PIB dos quatro trimestres imediatamente anteriores.

3. Os índices têm como base jan./00 = 100.

Pedro Almeida (FEE/NEESF)

# Agronegócio gaúcho. Gaúcho?

Os dados consolidados sobre fusões e aquisições no agronegócio brasileiro revelam que, desde 1996, foram adquiridas, ou passaram para o controle do capital internacional, 21 empresas gaúchas nas várias indústrias do setor (agroquímica, máquinas e equipamentos agrícolas, beneficiamento e distribuição da produção agropecuária), mais de três empresas/ano. Essa vaga de desnacionalização não se refere a negócios quaisquer: a maioria das empresas envolvidas figurava, em 1996, na lista das maiores empresas sul-rio-grandenses nas respectivas indústrias, e muitas, no rol das principais do Estado. Só neste ano, já ocorreram duas novas operações: o grupo OSI, norte-americano, adquiriu o frigorífico e a marca Pena Branca; o TCW-Laep, fundo de investimento dos EUA, comprou parte da indústria Helmuth Tesmann e sua marca Pai João.

À parte considerações sobre benefícios, custos e razões da alienação patrimonial, há de se ter presente que a parcela mais importante do agronegócio estadual se transnacionalizou, tornando impróprio designar tal setor da economia como gaúcho, ao se considerar a propriedade jurídica e o controle do capital. A internacionalização acelerou, ademais, o processo de reorganização industrial que já vinha acontecendo no Estado. A entrada da empresa internacional, via aquisição, aumenta rapidamente a concentração e universaliza o padrão de produção voltado à segmentação do mercado; sepulta a empresa familiar; cria novas ocupações e redefine as qualificações da mão-de-obra; e introduz a empresa em uma nova arena de competição, que se desenvolve, internacionalmente, entre escritórios, plantas e empresas do grupo. Seu futuro passa a ser decidido por uma burocracia instalada no escritório central (*head office*), em função dos resultados alcançados e esperados comparativamente ao conjunto das partes e das estratégias de mais longo prazo do grupo, conforme têm demonstrado estudos como o da pesquisadora Leslie Hannah. Isso explica por que as transnacionais adquirem empresas e as fecham, despedem mão-de-obra, mudam a localização de plantas, redefinem funções para as empresas adquiridas no contexto do grupo, terceirizam atividades, compram ou vendem partes das empresas.

Em suma, a transnacionalização tem profundos desdobramentos, que transcendem a esfera econômica, projetando-se no domínio político, sociológico e cultural. A compreensão da importância de tais desdobramentos é fundamental para os gover-

nos e para todos aqueles que acreditam que os Estados nacionais ainda têm sua razão de ser, cabendo a seus governos um papel insubstituível no desenvolvimento do país, mesmo em um mundo globalizado.

Vendas de empresas gaúchas a grupos multinacionais — 1996/02

SETORES	EMPRESAS ADQUIRIDAS	EMPRESAS COMPRADORAS
Adubos	Adubos Trevo	Norsk Hidro (Noruega)
Cadeia do arroz	Camil, Josapar e Tesmann	Fundo Trust Company of the West (TCW) - (EUA)
	Cooperativa Uruguaiense (CAUL)	Molinos ALA (Argentina)
Carnes de frangos e de suínos	Frangosul	Doux (França)
	Languiru (1)	Senfter (Itália)
	Prenda	Macri (Argentina)
	Pena Branca	OSI (EUA)
Carnes de peixes e laticínios	Leal Santos	Benvenuto (Argentina)
	Lacesa	Parmalat (Itália)
	Ivoti	Milkaut (Argentina)
Máquinas e equipamentos agrícolas	lochpe-Maxion (2)	AGCO (EUA)
	SLC-John Deere (2)	John Deere (EUA)
Rações para animais	Tesmann	Nestlé (Suíça)
Cadeia da soja	Incobrasa	Bunge e Born (Bermudas)
Supermercados	Real, Nacional e Extra Económico	Sonae (Portugal)
Cadeia do trigo	Isabela	Macri (Argentina)
Doces, chocolates	Neugebauer	Parmalat (Itália)

FONTE: Gazeta Mercantil.

(1) *Joint-ventures*. (2) Associações ou parcerias desfeitas.

**Maria D. Benetti (FEE/NEA)**

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 01.03.02).

ISSN 1517-7254

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.400 exemplares.



**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Presidente: José Antonio Fialho Alonso  
 Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan  
 Diretor Administrativo: Celso Anversa

**Conselho Editorial da Carta:** Flávio B. Fligenspan,  
 Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e  
 Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser  
 Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283  
 E-mail conjuntura@fee.tche.br  
 www.fee.tche.br

## EDITORACÃO

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

## Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

## Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal, Jairo dos Santos Raymundo, Lenoir Buss e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübler. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.